

Nas linhas de montagem da “Outra Alemanha”: a experiência dos trabalhadores africanos nos circuitos da mobilidade socialista

On the assembly lines of the “Other Germany”: The experience of African Workers in the circuits of Socialist Mobility

Julimar Mora Silva*

Resenha do livro: SCHENCK, Marcia C. **Mobilidades socialistas:** emigração laboral entre Angola, Moçambique e a Alemanha de Leste. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2025.

Palavras-chave: migração laboral; Madjermanes; socialismo global; história oral.

Keywords: Labor migration; Madjermanes; Global Socialism; Oral History.

EM 28 DE NOVEMBRO DE 2025, o Jardim 28 de Maio, em Maputo (Moçambique), voltou a ser cenário de uma mobilização pública protagonizada por moçambicanos que exibiam bandeiras e cartazes escritos em alemão. A consigna — *WIR WOLLEN UNSER GELD ZURÜCK!* (“Queremos nosso dinheiro de volta!”) — tornou explícita a causa do protesto: a cobrança de uma dívida jamais quitada.¹

Ano após ano, aquele espaço — conhecido há décadas como o “*Jardim dos Madjermanes*” (termo derivado da língua changana, falada no sul de Moçambique, que significa “*aqueles de Alemanha*”) — serviu como ponto de encontro recorrente para manifestações de antigos participantes dos programas de mobilidade laboral assinados no início da década de 1980 entre a República Popular de Moçambique (RPM) e a República Democrática Alemã (RDA). Tais iniciativas integraram um arranjo mais amplo de cooperação entre países socialistas

* Professora substituta na Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: julimar.morasilva@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0562-1717>.

1 MABICA, Nando. Onde está o dinheiro dos Madjermanes? Uma história de 35 anos de espera e frustração! *Integrity Magazine*, Maputo, 28 nov. 2025. Dossiers Integrity. Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/53228>. Acesso em: 1 jan. 2026.

que, nesse caso específico, articulou a promessa de alfabetização e de formação técnico-profissional dos trabalhadores moçambicanos — realizada no interior das unidades produtivas da RDA — com a provisão de força de trabalho destinada à indústria pesada, à indústria fabril e aos canteiros de obras localizados na Alemanha Oriental.

Durante sua permanência na RDA, estima-se que entre 25% e 60% dos salários dos *Madjermanes* tenham sido retidos, sem restituição posterior.² As condições nas quais esse mecanismo foi negociado permaneceram ambíguas desde sua implementação, dando margem a mal-estares e interpretações diferentes ao longo das décadas. Nos anos que se seguiram ao retorno desses trabalhadores a Moçambique, tornou-se relativamente comum a atribuição de uma responsabilidade compartilhada à RPM e à República Democrática Alemã (RDA), sob o argumento de que a RDA teria se beneficiado do acesso à mão de obra de baixo custo em um contexto no qual a escassez laboral coexistia com a possibilidade de compensar dívidas contraídas por Moçambique por meio da exportação da força de trabalho estrangeira. Essa leitura perdeu centralidade ao longo da década de 1990, quando as expectativas de compensação dos *Madjermanes* foram progressivamente frustradas pela posição do Estado alemão de considerar o caso juridicamente encerrado no contexto da reunificação das duas Alemanhas. A partir desse momento, as reivindicações passaram a se concentrar sobre o Estado moçambicano, que chegou a assumir o compromisso de restituir os salários diferidos. A não concretização dessas promessas intensificou os protestos por parte dos *Madjermanes*, que atualmente argumentam que uma parte dos valores retidos teria sido utilizada para fazer frente aos custos da guerra civil, sem ter sido convertida em fundos de previdência ou em outros benefícios sociais.

A história dos *Madjermanes* permanece em aberto. Não apenas em razão da persistência de seus protestos — apoiados pelas gerações mais jovens de suas famílias —, mas também por um renovado interesse acadêmico que vem introduzindo novas camadas interpretativas sobre as formas de conectividade entre países socialistas e suas reverberações no presente. É nesse terreno instável, marcado pela sobreposição entre memória social, disputa política e reelaboração historiográfica, que se insere o livro *Mobilidades socialistas: emigração laboral entre Angola, Moçambique e a Alemanha de Leste*, de Marcia C. Schenck. Ao abarcar uma experiência que envolveu cerca de 21.000 trabalhadores moçambicanos e 2.500 angolanos,³ a obra propõe um quadro analítico inovador, articulando escolhas metodológicas e uma escrita sensível às experiências vividas pelos trabalhadores no interior dos grandes projetos

2 Essa afirmação é válida para Moçambique. No caso de Angola, contudo, o desfecho institucional foi distinto. Em 2011, o governo angolano firmou um acordo destinado a regularizar a situação dos antigos trabalhadores retornados da RDA, por meio de duas medidas centrais. Em primeiro lugar, foi-lhes atribuído, no território nacional, o estatuto de técnico médio de 1ª classe anteriormente concedido pela RDA, o que os reconhecia como sujeitos portadores de qualificação profissional formal e, portanto, titulares de direitos laborais no mercado de trabalho angolano. Em segundo lugar, foi paga uma compensação no valor de 127.800 *kwanzas* (aproximadamente US\$ 13.462 à época), correspondente a uma indenização pelo encerramento dos contratos, incluindo subsídios de férias, décimo terceiro salário, despesas de viagem, bem como um apoio financeiro destinado a facilitar o início de uma atividade por conta própria após o retorno e a conclusão do processo de formação.

3 O termo “*Madjermanes*” não se aplica para os trabalhadores angolanos.

e acordos de cooperação que se propuseram à construção de uma nova ordem mundial no contexto da Guerra Fria global.

Já nas primeiras páginas da introdução, a autora explicita sua intenção de narrar “bem mais do que uma história de diplomacia ou de cooperação tecnológica” (p. 53). Tal posicionamento não implica a desconsideração das perspectivas estatais nem a renúncia à análise de documentação oficial e burocrática. Ao contrário, Schenck enfatiza que o caso dos *Madjermanes* se distingue de outras experiências de migração laboral, ao mesmo tempo em que dialoga com diferentes modalidades de mobilidade socialista — como a dos trabalhadores vietnamitas na Tchecoslováquia ou dos cubanos na Hungria, com os quais estabelece inclusive um diálogo comparativo. Essa aproximação decorre, precisamente, do fato de que o Estado controlava múltiplas dimensões da vida dos migrantes laborais, tornando impossível ignorar seu peso estruturante. Ainda assim, a escolha metodológica de situar no centro da análise as memórias e experiências dos próprios trabalhadores responde a uma preocupação bem definida: a necessidade de produzir um relato complexo capaz de “sublinhar o lado humano do esquema de migração patrocinado pelo Estado” (p. 53), sem perder de vista as assimetrias, tensões e constrangimentos que atravessaram esses projetos.

Do ponto de vista historiográfico, *Mobilidades socialistas* se define menos por ocupar um terreno inexplorado do que por reordenar criticamente um campo que tem sido recentemente criticado em razão das limitações de suas interpretações. Um breve balanço dos debates em torno da cooperação socialista e da migração laboral permite situar melhor a intervenção historiográfica de Schenck. Como já tem sido assinalado pelo historiador austríaco Berthold Unfried, em 2022, a historiografia alemã consolidada após a queda do Muro de Berlim tendeu a representar os trabalhadores contemplados nos programas de trabalho por contrato — entre eles os *Madjermanes* — como figuras essencialmente passivas, enquadradas por outros⁴ como vítimas da exploração econômica e do racismo estrutural.⁵ Essa leitura esteve associada, segundo Unfried, a um duplo movimento: por um lado, o eclipse do interesse acadêmico pela migração laboral no interior do mundo socialista a partir da virada do milênio; por outro, a hegemonia de interpretações moldadas pelo triunfalismo neoliberal após o colapso da URSS. *Mobilidades socialistas* intervém criticamente nesse campo ao recusar tanto o silêncio quanto a simplificação, propondo uma análise multinível que não dilui a violência estrutural a que esses trabalhadores foram submetidos, mas busca compreender como os regimes de mobilidade laboral no interior desse universo foram vividos, negociados e ressignificados no cotidiano.

É precisamente nesse deslocamento analítico que o livro revela um de seus principais méritos. Em vez de operar com categorias fixas, Schenck recompõe uma

4 Este ponto é particularmente instigante porque a autora chama a atenção para a possibilidade de interpretar a autodefinição como vítima — ou mesmo a revitimização pública — por parte dos trabalhadores africanos como uma forma específica de agência que ainda demanda maior investigação. Longe de ser meramente passiva, essa estratégia estaria orientada à obtenção de reivindicações concretas e benefícios específicos.

5 UNFRIED, Berthold. Intercontinental Labor Migration within the Socialist World: Cuban Contract Laborers in the German Democratic Republic, 1975 to 1990. *Yearbook of Transnational History*, v. 5, p. 132, 2022.

cartografia móvel de trajetórias, mostrando como trabalhadores moçambicanos em busca de formação técnica circularam em um espaço compartilhado com outras modalidades de mobilidade socialista, que incluíam circuitos educacionais, programas de formação sindical e treinamentos militares. Ao acompanhar esses entrecruzamentos, a autora torna visíveis sociabilidades transversais, fronteiras identitárias porosas e expectativas concorrentes que escapam às classificações administrativas e aos enquadramentos impostos pelo Estado. Dessa perspectiva decorre uma das conclusões centrais do livro: ainda que os objetivos desenvolvimentistas e formativos não tenham se concretizado nos termos prometidos, os programas de mobilidade produziram efeitos duradouros de outra ordem, entre eles a formação de uma consciência nacional no exterior — um elemento estratégico para Estados africanos recém-independentes, empenhados em conter fragmentações internas e fortalecer a autoridade política no pós-colonial.

Esse reposicionamento historiográfico se sustenta, por sua vez, em uma operação metodológica particularmente ambiciosa. Em diversas passagens, o livro convida o leitor a deslocar o foco das questões consagradas na historiografia sobre as mobilidades socialistas para uma reflexão mais ampla sobre a produção do conhecimento histórico em contextos marcados por arquivos fragmentados e memórias disputadas em circuitos transnacionais. A afirmação de Schenck de que “a história não é escrita a partir de um único tipo de prova” (p. 82) deve ser entendida como um posicionamento crítico diante dos limites dos registros estatais e das hierarquias implícitas entre diferentes regimes de evidência. Essa posição se materializa na construção de um *corpus* empírico particularmente robusto, organizado em, pelo menos, três camadas analíticas, descritas a seguir. A primeira, reúne um conjunto expressivo de fontes inéditas — entre elas, cerca de 260 entrevistas, com ênfase em histórias de vida, além de fotografias, correspondência e produções culturais preservadas em arquivos pessoais dos próprios *Madjermanes*, acessados pela autora a partir da construção de relações de confiança. A segunda camada incorpora documentação administrativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da antiga RDA e dossiês de vigilância da Stasi, mobilizados para apreender a chamada “perspectiva alemã”. Por fim, uma terceira camada levou a autora a transitar por arquivos em Angola, Moçambique e Portugal, em busca das formulações oficiais do “lado africano”. O aspecto decisivo dessa operação reside no fato de que o mergulho dentro e entre diferentes tipos de evidência reconfigura o terreno a partir do qual as mobilidades socialistas são interpretadas no percurso do livro.

A obra deixa ver que esses registros não operam como simples depósitos de informação, mas como fontes atravessadas por regimes distintos de legitimidade — historiográfica e social —, materialidade e incerteza. A heterogeneidade das fontes consideradas exige não apenas rigor científico, mas também a capacidade de elaborar um “protocolo de inteligibilidade” que permita articular e tornar complementares distintos tipos de evidência. Ao longo dos capítulos, esse procedimento torna-se visível na articulação de camadas documentais que se

tensionam mutuamente: por exemplo, os relatos orais e os escritos de outrora relativizam a opacidade ou matizam a narrativa de fracasso justificadas pelos indicadores de rendimento. É particularmente elucidativo o recurso das poesias, como as produzidas pela “Regina”,⁶ nas quais as fábricas alemãs aparecem como espaços idealizados, não egoístas, nos quais a formação de moçambicanos, cubanos, polacos e vietnamitas foi consagrada “pela força”, “pelos ideais” e pelo “grande modelo do trabalho” (p. 146). As palavras de *Regina* contrastam com os pareceres de vários supervisores alemães, cujos juízos de valor foram atravessados por atitudes paternalistas e por hierarquias raciais enraizadas em lógicas coloniais. As narrativas sobre o desempenho dos trabalhadores africanos aparecem reiteradamente como “insuficientes” ou, no máximo, como “aceitáveis”, raramente como “destacados” (p. 156). O confronto entre esses registros não apenas evidencia percepções díspares sobre um mesmo espaço social, mas também ilumina as fraturas simbólicas que atravessaram as experiências de mobilidade laboral entre países socialistas.

Assim, o livro avança para uma elaboração conceitual mais densa. A lógica intrínseca da organização dos capítulos torna-se explícita quando Schenck afirma que pares antagônicos como “Estado vs. Indivíduo”, “Trabalho vs. Consumo”, “Integração vs. Exclusão”, “Perda vs. Ganho” e “Passado no passado vs. Passado no presente e no futuro” constituem contradições recorrentes nas narrativas dos trabalhadores africanos e, por isso, configuram “o tema fundamental do livro” (p. 53). Essas dicotomias não operam como oposições rígidas, mas como um sistema de coordenadas no qual as experiências transitam de um polo a outro. Em seguida, explica-se como essas dicotomias orientaram os problemas discutidos em cada capítulo:

- No primeiro capítulo, “*Entre o martelo, o machete e a kalashnikov*”, argumenta-se que o Estado não era uma entidade exterior ao indivíduo, mas estava inscrito nas práticas, linguagens e expectativas cotidianas dos *Madjermanes*.
- O segundo, “*Trabalhadores socialistas, consumidores socialistas*”, problematiza a ideia de trabalho em oposição ao consumo. Aqui, o consumo estrutura os sentidos do trabalho migrante: atua como horizonte de mobilidade, promessa de ascensão ou marcador de *status*. Essa tensão ajuda a captar como as aspirações materiais e simbólicas atravessam a experiência laboral no contexto da cooperação socialista.
- No terceiro capítulo, “*A via social do socialismo*”, propõe-se a noção de “estranhos íntimos” para demonstrar que “integração” e “exclusão” não constituíam estados mutuamente exclusivos, mas experiências simultâneas. Os trabalhadores moçambicanos e angolanos foram acolhidos na Alemanha Oriental por razões políticas e econômicas, mas também classificados e segregados socialmente, de modo a evitar que “perturbassem” o frágil ordenamento da RDA.

6 Regina, moçambicana cujas poesias são citadas recorrentemente no livro como epígrafes de capítulos, escreveu um *corpus* de poemas sobre sua experiência como operária na fábrica de filmes e películas de Wolfen.

- Já no quarto capítulo, “*Retorno, queda e ascensão do Madjerman*”, a análise demonstra que as expectativas frustradas, os recursos materiais obtidos e as formas de reconhecimento negociadas após o retorno dos *Madjermanes* não podem ser reduzidas a um único critério de perdas ou ganhos.
- Finalmente, o último capítulo, “*Temporalidade, memória e significado*”, introduz o conceito de “Lestalgia” para captar temporalidades sobrepostas, nas quais se entrelaçam uma sensação de nostalgia — decorrente do trauma de expectativas coletivas não cumpridas — e uma forma específica de identidade política que conecta tanto o presente quanto o futuro ao passado.

Mobilidades socialistas projeta seus argumentos para além da análise da migração laboral entre países socialistas. Algumas das posições assumidas pela autora produzem implicações que alcançam questões centrais da história da África contemporânea. Isso se torna especialmente evidente quando Schenck enfrenta o desafio de enquadrar historiograficamente o caráter legal e institucional de regimes de trabalho atravessados por práticas paternalistas e hierarquias de matriz neocolonial — isto é, dinâmicas que, no cotidiano, oscilaram entre a condescendência administrativa e a violência racista praticada por funcionários alemães. É nesse contexto que a autora formula uma hipótese politicamente sensível: a de que “a comparação entre os regimes de trabalho migrante sul-africano e leste-alemão envolvendo Moçambique revela [não apenas diferenças, como usualmente se supõe,⁷ mas também] continuidades significativas” (p. 95).

Nesse exercício comparativo, a autora destaca, em ambos os casos, o impacto das remessas sobre as zonas de origem e de retorno dos trabalhadores; o caráter formativo da experiência migratória como um rito de passagem da juventude à vida adulta; a segregação do alojamento — segundo critérios “étnico-raciais” na África do Sul e “nacionais-raciais” na RDA —; bem como o papel decisivo desempenhado pelas mulheres locais nos processos de integração/exclusão dos trabalhadores africanos nas comunidades de acolhimento. O livro sugere que a diferença fundamental residia menos na experiência vivida pelos trabalhadores do que no enquadramento geopolítico desses regimes. Enquanto a migração laboral de moçambicanos para a África do Sul, no período anterior à independência, se sustentava em uma aliança explícita de poder colonial voltada ao controle das elites brancas na África Austral, a experiência mediada pela relação fraterna entre a RPM e a RDA, na prática, ocultava uma assimetria estrutural profunda. Para sustentar esse argumento, assinala-se que os acordos firmados entre a RPM e a RDA, ao final da década de 1970, foram construídos sobre um

7 No discurso político e ideológico do governo da Frelimo, após a independência, bem como nas intervenções públicas do presidente Samora Machel, o trabalho migrante dos mineiros moçambicanos nas minas da África do Sul foi sistematicamente representado como uma das mais graves aberrações produzidas pelo colonialismo português. Essa forma de migração laboral era denunciada como um mecanismo de espoliação dupla: por um lado, drenava força de trabalho jovem e produtiva das zonas rurais moçambicanas, desestruturando economias camponesas e laços familiares; por outro, subordinava esses trabalhadores a um regime de exploração racializado no contexto do *apartheid* sul-africano, em benefício tanto do capital mineiro estrangeiro quanto da administração colonial portuguesa.

déficit comercial desfavorável a Moçambique, que acabou sendo posicionado como parceiro devedor, compelido a saldar suas obrigações por meio da exportação de força de trabalho.

Embora a tese da continuidade entre os regimes de trabalho migrante colonial e pós-colonial seja apresentada de forma persuasiva, o argumento poderia se beneficiar de um diálogo mais estreito com a trajetória dos trabalhadores moçambicanos que migraram para a África do Sul do *apartheid*, antes da independência, e para a RDA socialista, no período posterior. Essa perspectiva comparativa torna-se especialmente produtiva nos trechos em que a autora demonstra como o poder aquisitivo e o capital simbólico adquiridos no exterior reconfiguraram as hierarquias sociais no momento do retorno dos *Madjermanes* às suas comunidades de origem. É nesse ponto que levantamos a seguinte provocação: em que medida os “ganhos” dos mineiros moçambicanos que migravam periodicamente para a África do Sul — expressos na aquisição de pequenas parcelas agrícolas, no sustento da família e em formas específicas de distinção simbólica no meio rural — difeririam de maneira substantiva dos “ganhos” alcançados pelos *Madjermanes*, que regressaram marcados pelas experiências da modernidade socialista, pela promessa de integração às vanguardas produtivas de seu país de origem e pela possibilidade concreta de sustentar uma maior capacidade de consumo?

Longe de enfraquecer o argumento, essa provocação aponta caminhos concretos pelos quais a tese da continuidade entre os regimes de trabalho migrante colonial e pós-colonial pode ser aprofundada em um diálogo mais íntimo com as trajetórias reconstruídas no livro.

Lida em conjunto, a obra oferece duas contribuições importantes: primeiro, a recuperação de histórias silenciadas ou marginalizadas pela perda de interesse que nelas suscitou a transição para um mundo pós-socialista; segundo, uma operação metodológica inovadora que coloca a dispersão arquivística a serviço de uma perspectiva global bem-sucedida. Ao articular diversos eixos de análise, *Mobilidades socialistas* chama a atenção para o fato de que as experiências dos trabalhadores africanos analisadas não se esgotam no passado recente, mas continuam a informar disputas contemporâneas em torno da justiça, da memória e dos sentidos de pertencimento derivados das circulações.

Recebido em: 26/01/2026

Aprovado em: 05/02/2026